

O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: FONTE DE VESTÍGIOS DE UM PASSADO DO PORTO DO RIO GRANDE

GLADIS REJANE MORAN FERREIRA¹; CARLA RODRIGUES GASTAUD²

¹Universidade Federal de Pelotas – gladis@portoriogrande.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – crgastaud@gmail.com.br

1.INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural, apresentado na atualidade sob muitas interpretações, é utilizado para mencionar os bens deixados de herança por um grupo ou sociedade. Ao atribuir a condição de patrimônio se sugere que estamos diante de algo de valor. Para Prats (1998) “patrimônio cultural é uma invenção é uma construção social”.

Os bens patrimoniais são diversificados na sua materialidade e imaterialidade, alguns, com destaque aos documentos, transitam entre estas duas amplas condições pois, além da concretude de seus suportes físicos, transmitem conhecimento de forma intangível e que perpassa os limites temporais. O bens patrimoniais são complexos, “fala-se de um patrimônio não só histórico, artístico ou arqueológico, mas ainda etnológico, biológico ou natural; não só material, mas imaterial; não só local, regional ou nacional, mas mundial” (POULOT, 2009).

Através do acúmulo de vestígios e de restos, deixados por indivíduos e grupos sociais que certificam a identidade dos mesmos, o patrimônio cultural

define-se ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo (POULOT, 2009).

No Brasil, a Constituição Federal Brasileira de 1988, dispõe especificamente sobre patrimônio cultural através do Artigo 216, tratando como

patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência e identidade, à ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...] (CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 1988).

O Inciso IV, do referido artigo resguardou os documentos na categoria de Patrimônio Cultural Brasileiro ao lado de outros bens de natureza material e imaterial. Assim, esta Carta Magna determina que cabe a Administração Pública a gestão da documentação, incluindo sua preservação e acessibilidade. Porém, quase quarenta anos se passaram do início da vigência desta Lei e pouco se fez para a preservação de acervos importantes para a sociedade brasileira.

Este trabalho tem por objetivo reunir e apresentar os documentos manuscritos mais representativos da história do Porto de Rio Grande do período anterior a 1915, marco das comemorações de atividade do Porto, que compõem parte do acervo da biblioteca do Porto do Rio Grande e que se constituem no patrimônio documental dessa instituição, datados dos séculos XIX e XX.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa se constitui em uma pesquisa qualitativa, que investiga os fatos e analisa os dados e se vale da razão discursiva, sem se preocupar com os aspectos quantitativos (RODRIGUES, 2007). Como método, se utilizará o paradigma indiciário, que é usado quando o pesquisador persegue pistas, detalhes e sinais que representam uma verdade sobre o objeto pesquisado (VENERA, 2006), e que podem ser encontrados entre documentos e fontes investigadas, que são convidadas a testemunhar a favor.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como exemplo do descaso pelo patrimônio documental brasileiro apresentamos a situação do acervo de manuscritos da Biblioteca do Porto do Rio Grande. Esse acervo é composto por cerca de 10.000 documentos manuscritos, que estão distribuídos em 51 maços com aproximadamente 200 folhas cada. Estas correspondências administrativas datam do século XIX e abrangem um período entre 1869 e 1919 e foram trocadas entre o Governo Imperial e os encarregados em administrar o, até então, pequeno ancoradouro da cidade do Rio Grande; a partir de 1889, entre o Governo Federal e os engenheiros e comissões contratadas para projetar e executar obras de melhoramento e, de 1915 em diante, entre os Governos Federal e Estadual e a *Compagnie Française Du Port do Rio Grande*.

Este patrimônio documental local, que segundo Prats (2005), é composto pelos objetos, lugares e manifestações que guardam uma relação com a externalidade cultural, representam as primeiras fontes oficiais, que até o momento se teve acesso e registraram as tratativas para elaboração de projetos e execução de obras de engenharia e de melhoramento do Porto e Barra do Rio Grande e que após reunidos serão fonte de prova da existência dessa instituição portuária.

4. CONCLUSÕES

Os rastros de memória do Porto do Rio Grande contidos nos documentos são a busca do tempo perdido, pois nas comemorações de atividade desse Porto são elididos cerca de 180 anos e este patrimônio documental é prova desse ocultamento nos festejos. Os vestígios de memória do Porto contidos na documentação de manuscritos são de grande importância para a comunidade portuária, para suas gerações passadas, presentes e futuras, pois fazem parte da história e do contexto social, econômico e político da cidade do Rio Grande, do Estado do Rio Grande do Sul e da sociedade brasileira, uma vez que “somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam” (RICOEUR, 2007).

Para Ricoeur (2007), o suporte confere materialidade aos vestígios, conservando-os e preservando sua relação com o presente, pois um grupo social é mais que um contexto, é um todo organizador do qual fizemos parte. Segundo o autor, pode-se apagar definitivamente a memória eliminando os rastros do que foi aprendido. Os rastros, que, para Ginzburg (2007) são “medalhas, moedas, estátuas e inscrições” mostram “uma massa de material documental muito mais sólida e fidedigna do que fontes narrativas contaminadas por erros, superstições e mentiras”.

Dentre estes documentos que fazem parte do acervo de manuscritos da biblioteca do Porto do Rio Grande encontram-se:

- Os Relatórios de estudo de Melhoramento para a Barra¹ do Rio Grande do Sul; com destaque ao Relatório da Comissão de Melhoramento de 1883. Esta Comissão foi a que mais se destacou no estudo da Barra e foi a que apresentou o projeto para a construção de ambos os Molhes², o de lado Leste, na cidade de São José do Norte, e o de lado Oeste, na cidade do Rio Grande;
- Os Relatórios contendo cinco anos de estudo das marés e clima na entrada da Barra Diabólica³, a fim de possibilitar a posterior elaboração e execução de projetos para a construção dos Molhes;
- Os Projetos elaborados pela Comissão de Melhoramento de 1883, com a projeção de ambos os Molhes, apresentados ao Governo Imperial;
- Os documentos de compra de áreas e escrituras de terrenos para aterramento e construção do Porto Novo⁴;
- As Atas de abertura dos Molhes da Barra, em março de 1915, com a entrada do Navio Benjamin Constant e de inauguração do Cais do Porto Novo, em novembro de 1915, devidamente assinadas pelas autoridades locais;
- Os Livros de registro dos primeiros termos e de contratos da Comissão de Melhoramento dos Molhes da Barra.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2006.

Capítulo de Livro

POULOT, Dominique. Um a história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009, p.9 – 39.

Artigo

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimônio cultural. *In: Política y Sociedad*. Madrid: Universidade de Barcelona, n. 27, p. 63-76.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimônio local. *In: Cadernos de Antropologia Social*, n.21, pp 17-35, 2005. Disponível em

¹Banco de areia que se forma na entrada dos estuários ao contato das águas doces do rio com as águas salgadas do mar. Entrada estreita de um porto. <http://www.dicionário.com.br/barra/>. Acesso em 20/03/2015.

²Os Molhes da Barra do Rio Grande, considerados uma das maiores obras de Engenharia Oceânica do mundo, foram construídos para dar segurança à navegação. No início do século passado, o lugar era conhecido pelos problemas de acesso perigoso e risco de naufrágios. A construção dos molhes aconteceu entre 1909 e 1915, depois de várias décadas de estudos e projetos para controlar as condições adversas da entrada do único porto marítimo do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/atrativos-turisticos/detalhes+1b3,molhes-da-barra.html>. Acesso em 25/03/2015.

³Como a Barra ficou conhecida tendo em vista o difícil acesso (ALVES, 2008, p.9).

⁴Até a inauguração do Porto Novo, no ano de 1915, já existia um Porto na cidade do Rio Grande que data da sua fundação.

<http://www.scielo.org.br/pdf/cas/n21a02.pdf%20cultural.pdf> Acesso em 24/09/2014.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena. O método indiciário: uma resenha da obra de Ginzburg e reflexões acerca de sua crítica à obra de Foucault. In: **Revista Contrapontos**, v.6, n.1, 2006.

Documentos eletrônicos

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. CASA CIVIL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. **Constituição da República federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm

acesso em 20/09/2014.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. In: **Cadernos de Antropologia Social**, n.21, pp 17-35, 2005. Disponível em

<http://www.scielo.org.br/pdf/cas/n21a02.pdf%20cultural.pdf> Acesso em 24/09/2014.